

## MÍRIAM LEITÃO

mi.lemos@globo.com  
 @mariamleitao  
 Cas. Álvaro Góes (de São Paulo)



## Sobram farrapos da fantasia liberal

**E**u conto ou vocês contam ao ministro Paulo Guedes que o projeto dele acabou? Nunca teve viabilidade com o atual presidente, na verdade. Guedes embarcou numa canoa na qual não havia espaço para as ideias liberais. Ele sofre vetos diários às suas propostas e tem engolido em seco. Não privatizou, não reduziu barreiras ao comércio, exceto de armas, não diminuiu o tamanho do Estado. Seus assessores, ou gestores nomeados por ele, de vez em quando ficam no dilema entre a demissão ou ser humilhado pelo presidente Bolsonaro. Tudo o que conseguir agora será prêmio de consolação. Não interessa mais se o presidente do

Banco do Brasil fica ou não. André Brandão já foi informado de que não tem qualquer autonomia de gestão, apesar de presidir um banco que tem acionistas privados e que atua num mercado que passa por imensas mudanças e aumento da competição. A Caixa Econômica Federal, que é inteiramente estatal, virou um braço da propaganda política bolsonarista. Pedro Guimarães, com seus 11 revólveres e seus litros de cloroquina, faz qualquer papel que agrade ao chefe. Virou ajudante de lives e animador de auditório. A última agência que abriu foi por ordem do presidente, e não por ser bom ou não para a Caixa. A intervenção na CEF já ocorreu em outros governos, mas agora virou o quintal da presidência. O presidente do Banco Central tentava ontem à tarde convencer o governo de que era preciso segurar Brandão no cargo. Se ficar, terá perdido qualquer liberdade de ação.

Paulo Guedes dá aos interlocutores sempre a mesma resposta quando é perguntado sobre suas derrotas: "O presidente é que foi eleito, ele é que tem os votos." O ministro, porém, garantiu que este seria um governo liberal na economia. Para acreditar era preciso ignorar tudo o que Bolsonaro havia dito antes. Bolsonaro disse que o presidente Fernando Henrique merecia ser fuzilado por ter privatizado, só para citar um eloquente

sinal. O mercado financeiro comprou a tese de que o ministro dobraria o presidente. Ocorreu o oposto.

A lista da intervenção de Bolsonaro nos assuntos do Ministério da Economia é enorme. Nesses dois anos, Bolsonaro vetou propaganda do Banco do Brasil, revogou um aumento da gasolina, avisou que nem a Ceagesp será privatizada, criou e capitalizou estatais militares, sepultou o projeto de fusão dos programas sociais, demitiu o presidente do BNDES, o secretário da Receita Federal. O secretário da Fazenda teve que sumir para não perder o cargo. A reforma administrativa dormiu na gaveta do presidente até ficar bem aguada, irrecorrível.

Na semana passada, o presidente disse que o Brasil havia quebrado e não podia fazer mais nada. Só isso já deveria ser o suficiente para o ministro, que chegou acusando de incompetentes todos os antecessores, pegar o seu boné. Mas ele, que estava de férias, preferiu sair do seu descanso e, mais uma vez, justificar a declaração do presidente. O Tesouro terá que rolar mais de R\$ 600 bilhões de dívida nos primeiros quatro me-

ses. Se o presidente diz que o país está quebrado, o que os financiadores da dívida podem pensar? O ministro, quando tenta justificar tudo o que o presidente diz, erra. Nesse caso ele disse que Bolsonaro só se referia ao setor público. Piorou a declaração.

No Chile de Pinochet, os Chicago Boys impuseram reformas liberais num projeto ditatorial que deixou milhares de mortos. Liberalismo deveria ser o oposto de autoritarismo, mas muitos que se definem como "liberais" não são necessariamente democratas. O grupo que foi ao poder com Bolsonaro nunca se incomodou com a defesa que ele faz da ditadura e da tortura. Nunca se incomodou que ele disse, quando deputado, que a ditadura deveria ter matado 30 mil. Para eles, o importante é que iriam reduzir o tamanho do Estado, abrir a economia, privatizar, vender imóveis públicos, acabar com os subsídios. No 25º mês de administração, tudo o que têm para mostrar é uma reforma da Previdência que foi feita pelo Congresso e na qual o presidente só entrou para defender vantagens corporativas para a sua clientela.

Paulo Guedes já sabe que não deu. Mas tentará terceirizar a culpa para o Congresso, a oposição, Rodrigo Maia, a imprensa, a social-democracia. Vai fazer vistas grossas para todo o autoritarismo do governo. Inclusive na economia.

## Crise no BB provoca temor de ingerência política

Desde a posse de Brandão, ações do banco subiram 22%. Mas analistas de mercado, agora, veem privatização da instituição 'cada vez mais longe'. Relatório do Goldman Sachs aponta risco maior para a governança corporativa da estatal

JÓÃO SOBRINHA NETO E RENNAN SETTI  
 joao@gl.com.br  
 rennan@gl.com.br

O descontentamento de Jair Bolsonaro com o presidente do Banco do Brasil, André Brandão, após este anunciar o fechamento de agências e um plano de demissão voluntária, motivou a desconfiança dos analistas de mercado sobre o futuro do BB — se será mesmo privatizado — e resuscitou o fantasma da ingerência política sobre estatais.

A notícia pode elevar a incerteza para o banco, principalmente após plano de reestruturação recentemente anunciado. Isso poderia aumentar os riscos de governança corporativa, tema no qual o banco tem avançado nos últimos anos", escreveram os analistas do banco Goldman Sachs, liderados por Tito Lábarta, em relatório distribuído a clientes, informou a coluna Capital, do GLOBO. Ontem, o ministro da Eco-

nomia, Paulo Guedes, e o presidente do Banco Central, Roberto Campos, atacaram junto a Bolsonaro pela permanência de Brandão no BB. Segundo informou o colunista do GLOBO Lauro Jardim, Bolsonaro decidiu ao fim que o executivo deve ficar no cargo. As ações ordinárias (ON, com direito a voto) do banco recuaram 0,27%.

## FATOR DE RISCO

Luiz Marcatti, presidente da consultoria Mesa Corporate Governance, avalia que o problema de qualquer empresa controlada pelo Estado é que sua governança é diretamente afetada pela agenda política do seu controlador: — Eles agem com olhar eleitoral, não empresarial.

Para o economista João Augusto Salles, estrategista em renda variável da Sensus Corretora e especialista em sistema financeiro, o fator político sempre foi um risco para o BB,



Estratégia. Analistas dizem que redução de custos é crucial para o Banco do Brasil ganhar espaço no segmento digital

e a turbulência com Bolsonaro é um sinal de abandono do projeto liberal do governo.

— As ações ordinárias do BB subiram mais de 22% desde a posse de Brandão, por conta de sua capacidade de

gestão, em menor grau, pela expectativa de privatização do banco, que parece estar cada vez mais longe. A ingerência política sempre foi o principal fator de risco para o BB, e o descontentamento de suas ações

em relação aos pares privados decorre daí — explica. Salles argumenta que o fechamento de agências físicas, que têm custo elevado, e o enrugamento do quadro de funcionários vão na dire-

ção do que outros grandes bancos privados estão fazendo para crescer no segmento digital, que ganhou impulso com a pandemia: — Se não se reforçar nesse segmento, o BB corre o risco de perder fatias importantes do mercado.

MUDANÇA TRAZ INCERTEZA O mercado vê Brandão como um executivo que conhece as deficiências do BB, e sua saída seria ruim para o banco. Se a pressão do Planalto continuar e Brandão tiver de rever seus planos, há chance de ele pedir demissão, avalia Salles. Para o Goldman Sachs, uma mudança no comando do BB "após apenas quatro meses pode trazer incerteza para a estratégia do banco". Ontem, em fato relevante ao mercado, o BB disse não ter recebido "nenhuma comunicação formal por parte do acionista controlador sobre suposta destituição" de Brandão.

## Bolsonaro sanciona novo Regime de Recuperação Fiscal

Prazo do programa passa de 6 para 10 anos, mas alguns pontos foram vetados

MARCELLO CORRÊA  
 marcello@gl.com.br  
 marcello

O presidente Jair Bolsonaro sancionou na quarta-feira projeto de lei com um pacote de medidas de socorro a estados e municípios. A propos-

ta, entre outras coisas, altera as regras do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que concede alívio no pagamento de dívidas com a União. O texto foi publicado ontem no Diário Oficial. A legislação foi sancionada

com vetos. Um dos trechos vetados previa que a União suspendesse este ano a cobrança da compensação que ocorre quando estados deixam de honrar dívidas com instituições financeiras. Em comunicado, o Planalto

disse que a medida contrária o dispositivo constitucional que proíbe a criação de gastos não previstos no Orçamento, além de representar risco ao equilíbrio das contas públicas. O governo também impediu que a reposição de cargos efetivos ou vitalícios não seja considerada uma violação ao regime. Na avaliação do Executivo, esse ponto da lei aumenta o espaço para novas contratações e poderia fazer com que governos locais aumentassem despesas com servidores. Foi vetado ainda um trecho

que permitia que infrações ao regime cometidas durante o estado de calamidade não fossem consideradas um descumprimento das regras do RRF. A medida, segundo o governo, "contraria o interesse público", além de "não estabelecer critérios a respeito do que pode ser definido como calamidade pública ou mesmo o prazo desta".

ESTADO DO RIO SE BENEFICIA O presidente também vetou um trecho que dispensava estados no RRF de cumprirem obrigações legais para obter

crédito com garantia da União. O governo considerou haver risco de que operações contratadas antes mesmo do RRF fossem dispensadas dessas obrigações. Negociado com o governo, o texto, de autoria do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) — hoje secretário municipal de Fazenda do Rio —, aumenta de seis para dez anos o prazo do RRF. Com a sanção da lei, o Estado do Rio, que já havia aderido ao RRF, deve retomar as negociações para ingressar no programa reformulado.

## INDICADORES

**BOVESPA** +1,27%  
 mês  
 +9,30%  
 em dezembro

Índice	Variação	Valor
IPCAC (Fisc)	5,262	5,207
Turismo (BB)	5,08	5,20
Turismo (Bradesco)	4,84	5,57

Índice	Variação	Valor
Comercial (Fisc)	5,262	5,207
Turismo (BB)	5,08	5,20
Turismo (Bradesco)	4,84	5,57

Índice	Variação	Valor
Liberalização	2,2281	
Financiamento	5,5703	
Leve popular	0,5907	
Preço agrícola	0,9698	
Preço-chave	0,5075	
Força de trabalho	0,0207	

Índice	Variação	Valor
IPCA (Fisc)	5,262	5,207
Turismo (BB)	5,08	5,20
Turismo (Bradesco)	4,84	5,57

Índice	Variação	Valor
IPCA (Fisc)	5,262	5,207
Turismo (BB)	5,08	5,20
Turismo (Bradesco)	4,84	5,57

Índice	Variação	Valor
IPCA (Fisc)	5,262	5,207
Turismo (BB)	5,08	5,20
Turismo (Bradesco)	4,84	5,57

Índice	Variação	Valor
IPCA (Fisc)	5,262	5,207
Turismo (BB)	5,08	5,20
Turismo (Bradesco)	4,84	5,57

Índice	Variação	Valor
IPCA (Fisc)	5,262	5,207
Turismo (BB)	5,08	5,20
Turismo (Bradesco)	4,84	5,57

Índice	Variação	Valor
IPCA (Fisc)	5,262	5,207
Turismo (BB)	5,08	5,20
Turismo (Bradesco)	4,84	5,57

Índice	Variação	Valor
IPCA (Fisc)	5,262	5,207
Turismo (BB)	5,08	5,20
Turismo (Bradesco)	4,84	5,57

Índice	Variação	Valor
IPCA (Fisc)	5,262	5,207
Turismo (BB)	5,08	5,20
Turismo (Bradesco)	4,84	5,57

Índice	Variação	Valor
IPCA (Fisc)	5,262	5,207
Turismo (BB)	5,08	5,20
Turismo (Bradesco)	4,84	5,57